

**Atividade Científica Decorrente da Dissertação de Mestrado
Universidad Del Sol – UNADES – Paraguai-PY**

**PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL
NO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

QUEILA MÔNICA DA SILVA

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao Programa de Pós-Graduação em **Ciências da Educação da UNADES - PY**. Área de concentração: **Educação**. Curso de Mestrado em Ciências da Educação.

Período de realização: janeiro/2021 a janeiro/2023

Orientador (a): Prof^a Dr^a Maria Elba Medina Barrios

Resumo

Este trabalho teve como temática o Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais a alunos com déficit intelectual matriculados na rede regular de ensino. Como resultado da política de inclusão, muitos deficientes intelectuais estão matriculados na rede regular de ensino. Uma imensurável evolução de pensamento e modo de ver o deficiente intelectual, que outrora vivia em estado de segregação, que através da Declaração de Salamanca, resultado da Conferência Mundial de Educação Especial, ocorrida em 1994, na Espanha, vê sua condição social melhorar de forma significativa, ainda que haja muito por fazer a este respeito. Esta declaração reafirmou o compromisso de uma escola “para todos”, garantindo às pessoas com necessidades educacionais especiais o direito de serem incluídas no sistema educacional. Entretanto, a inclusão não faria nenhum sentido, se a pessoa com deficiência intelectual ficasse excluída do processo de ensino/aprendizagem. O objetivo foi analisar em que medida uma escola pública de Iporá/GO tende a se posicionar quanto ao desenvolvimento de potenciais ações para impactar positivamente a inclusão no ambiente escolar de alunos com deficiência. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada pesquisa exploratória descritiva, com abordagem qualitativa. Como técnica de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e sessões de grupo focal. As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas, visando a descrever como vem se dando o processo de implementação da educação inclusiva na escola campo e os fatores que contribuem para que ela se destaque como bem-sucedida. Os resultados levaram à conclusão de que o desenvolvimento humano ocorre no meio social e cultural, como apregoado por Vygotski. O homem não nasce pronto; é no convívio, na interação com o outro que vai se configurando como ser humano. É justamente a qualidade dessa interação que viabiliza o desenvolvimento e aprendizagem do deficiente intelectual. A mediação exercida por parceiros mais competentes, seja o professor ou colegas de classe, que desafiem seu potencial, estimulem a ampliar sua capacidade cognitiva através de interferências direcionadas, é capaz de torná-los, cada vez mais, habilitados a desenvolverem aprendizagens no âmbito curricular e social.

Palavras-chave: Deficiente intelectual. Interação. Inclusão

**INCLUSION PROCESS OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES IN HIGH
SCHOOL IN PUBLIC SCHOOLS**

Abstract

This work had as its theme the Specialized Educational Service in the Multifunctional Resource Rooms for students with intellectual disabilities enrolled in the regular education network. As a result of the inclusion policy, many intellectually disabled people are enrolled in the regular education network. An immeasurable evolution of thought and way of seeing the intellectually disabled who once lived in a state of segregation, who through the Salamanca Declaration, a result of the World Conference on Special Education, which took place in 1994 in Spain, sees their social condition improve significantly, although there is much to be done in this respect. This declaration reaffirmed the commitment to a school "for all", guaranteeing people with special educational needs the right to be included in the educational system. However, inclusion would make no sense if people with intellectual disabilities were excluded from the teaching/learning process. The objective: To analyze the extent to which a public school in Iporá/GO tends to position itself regarding the development of potential actions to positively impact the inclusion of students with disabilities in the school environment. To achieve the proposed objective, a descriptive exploratory research was carried out, with a qualitative approach. As a data collection technique, semi-structured interviews and focus group sessions were carried out. The interviews were transcribed in full and analyzed, aiming to describe how the process of implementing inclusive education in rural schools has been taking place and the factors that contribute to making it stand out as successful. Results: It was then understood that in Vygotsky, human development occurs in the social and cultural environment. Man is not born ready, it is in conviviality, in interaction with the other that he is configured as a human being. It is precisely the quality of this interaction that will enable the development and learning of the intellectually disabled. The mediation exercised by more competent partners, be it the teacher or classmates, who challenge their potential and encourage them to expand their cognitive capacity through targeted interference, is capable of making them increasingly qualified to develop learning within the curriculum and Social.

Keywords: Intellectual disability. Interaction. Inclusion

PROCESO DE INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL EN SECUNDARIA EN ESCUELAS PÚBLICAS**Resumen**

Este trabajo tuvo como tema el Servicio Educativo Especializado en las Salas de Recursos Multifuncionales para estudiantes con discapacidad intelectual matriculados en la red de educación regular. Como resultado de la política de inclusión, muchas personas con discapacidad intelectual están inscritas en la red de educación regular. Una evolución inconmensurable del pensamiento y forma de ver a los discapacitados intelectuales que antes vivían en un estado de segregación, que a través de la Declaración de Salamanca, fruto de la Conferencia Mundial sobre Educación Especial, celebrada en 1994 en España, ve mejorar su condición social. significativamente, aunque hay mucho por hacer en este sentido. Esta declaración reafirma el compromiso con una escuela "para todos", garantizando a las personas con necesidades educativas especiales el derecho a ser incluidas en el sistema educativo. Sin embargo, la inclusión no tendría sentido si las personas con discapacidad intelectual fueran excluidas del proceso de enseñanza/aprendizaje. Objetivo: Analizar en qué medida una escuela pública de Iporá/GO tiende a posicionarse en cuanto al desarrollo de acciones potenciales para impactar positivamente la inclusión de alumnos con discapacidad en el ambiente escolar. Metodología: Para lograr el objetivo propuesto, se realizó una investigación exploratoria descriptiva, con enfoque cualitativo. Como técnica de recolección de datos se realizaron entrevistas semiestructuradas y sesiones de grupos focales. Las entrevistas fueron transcritas en su totalidad y analizadas, con el objetivo de describir cómo se viene dando el proceso de implementación de la educación inclusiva en las escuelas rurales y los factores que contribuyen a que se destaque como exitoso. Resultados: Se entendió entonces que en Vygotsky el desarrollo humano ocurre en el entorno social y cultural. El hombre no nace preparado, es en la convivencia, en la interacción con el otro que se configura como ser humano. Es

precisamente la calidad de esta interacción la que posibilitará el desarrollo y aprendizaje de los discapacitados intelectuales. La mediación ejercida por socios más competentes, ya sea el docente o los compañeros, que desafíen sus potencialidades y los alienten a ampliar su capacidad cognitiva a través de interferencias dirigidas, es capaz de capacitarlos cada vez más para desarrollar aprendizajes dentro del currículo y Social.

Palabras clave: Discapacidad intelectual. Interacción. Inclusión

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Inclusão (BRASIL, 2008), garante que as escolas incluam o Público Alvo em Educação Especial (PAEE) nas escolas, pois é um direito consagrado na Lei Brasileira de Inclusão para deficiente - LBI (BRASIL, 2015). No entanto, simplesmente colocar os alunos em escolas formais não é suficiente. Para alcançar a inclusão escolar, é imperativo garantir o desenvolvimento integral dos alunos do PAEE, incluindo aprendizagem, socialização e desenvolvimento sustentado no ambiente escolar.

A Lei Brasileira de Inclusão da Deficiência (BRASIL, 2015) busca garantir que alunos com deficiência tenham acesso a escolas regulares e recursos que contribuam para sua formação social e acadêmica. Segundo Araújo et al. (2010), inclusão significa construir coletivamente experiências, compartilhadas em um processo humanizador no qual todas as pessoas são reconhecidas como agentes de mudança em suas vidas.

A inclusão escolar não deve basear-se apenas em mudanças de espaços físicos ou educacionais, conforme determina a lei. Há a necessidade de mudar o ambiente escolar e estabelecer mecanismos para melhor integrar os alunos do PAEE para garantir sua plena participação e, conseqüentemente, seu aprendizado. Sant'Ana (2005, p. 231) afirma que “o fato de esses alunos estarem no mesmo ambiente que os demais alunos não significa que eles estejam verdadeiramente inseridos no ambiente escolar”.

Neste estudo, o foco foi a inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual (DI). Compreender a deficiência intelectual a partir de uma perspectiva bioecológica, multidimensional e funcional, levando em consideração a interação entre os ambientes físico e humano. Vislumbrou-se que o ambiente deve ser adaptado às necessidades das pessoas com deficiência intelectual, fornecendo suporte para que possam desenvolver dez áreas de habilidades adaptativas: autocuidado, vida familiar, saúde e segurança, comunicação,

habilidades sociais, uso comunitário, autonomia, funcionamento acadêmico, lazer e trabalho (SASSAKI, 2003).

A questão da pesquisa consistiu em investigar como se desenvolve a interação entre professores e alunos com deficiência intelectual nas escolas inclusivas gerais e em que medida essa interação contribui para a inclusão em resposta a uma necessidade social e humana, nomeadamente o direito à educação. Focou-se as deficiências no ensino regular, com uma análise particular da inclusão de alunos com deficiência intelectual. Observou-se que, para que isso aconteça, os educadores precisam entender teórica e praticamente que esses alunos têm potencial e, portanto, são capazes de se desenvolver e ser produtivos na sociedade. Portanto, acreditamos que a interação professor-aluno é um recurso importante para desbloquear o potencial dos alunos com necessidades educativas especiais e, mais especificamente, dos alunos com deficiência intelectual.

Esse resultado almejado é alcançado por meio de treinamento e conhecimento específico sobre o tema. Este conhecimento está disponível na literatura dedicada a este fim, o que torna este trabalho de primordial relevância.

Objetivos

Objetivo Geral:

Analisar em que medida uma escola pública de Iporá/GO tende a se posicionar quanto ao desenvolvimento de potenciais ações para impactar positivamente a inclusão no ambiente escolar de alunos com deficiência.

Objetivos Específicos:

- ✓ Identificar a postura atual do Colégio Estadual Elias de Araújo Rocha, em Iporá/GO, frente às propostas de educação inclusiva;
- ✓ Descrever principais obstáculos frente ao processo de inclusão no Colégio Estadual Elias de Araújo Rocha;
- ✓ Verificar o relacionamento social dos alunos com deficiência intelectual no Colégio Estadual Elias de Araújo Rocha.

Metodologia

Trata-se de estudo exploratório descritivo, com abordagem qualitativa, utilizando como técnica a entrevista semiestruturada. Segundo Gil (1991), a pesquisa descritiva visa descrever

as características de um determinado grupo ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, envolvendo técnicas e observação sistemática. Por sua vez, o objetivo da pesquisa exploratória é conhecer melhor um problema para esclarecê-lo ou estabelecer uma hipótese.

O estudo foi realizado em uma escola formal da rede pública de ensino do município de Iporá-GO. O critério de seleção da escola foi possuir uma sala de recursos multifuncional que ofereça atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual.

O procedimento de coleta de dados foi realizado, primeiro, entrando em contato com a escola, em seguida, entrou-se em contato com o corpo docente para apresentar os procedimentos de pesquisa e coleta de dados.

Manzini (2004) destacou que a entrevista semiestruturada é uma ferramenta semidiretiva ou semiaberta. Os autores afirmam que “esse tipo de entrevista permite que as informações emergem com mais liberdade e as respostas não sejam condicionadas à padronização de alternativas” (MANZINI, 2004, p.02).

Resultados

As interações sociais entre os alunos DI na sala de aula costumam ser vistas como um sinal de indisciplina do professor. Segundo Del Prete et al. (1998), em um ambiente de ensino tradicional, há mais interação social entre o professor e a turma e menos interação social entre o professor e os alunos. Nesses casos, as interações que ocorrem entre os alunos são consideradas indisciplinadas.

No que diz respeito às estratégias dos professores, para melhorar o relacionamento interpessoal em sala de aula e à eficácia das estratégias atribuídas, a estratégia "conversar seriamente com o criador do problema" foi a estratégia mais utilizada para melhorar o relacionamento interpessoal em sala de aula. As cinco (05) professoras elaboraram as estratégias, "Sempre que possível oriento a turma sobre o problema da disciplina da turma", "Concordo com a opinião dos alunos quanto às regras de funcionamento da turma" e "Incentivo a cooperação entre alunos".

"Falar duro com o encrenqueiro" (oferecer conselhos à turma sobre a falta de disciplina) e "concordar com os alunos sobre as normas da sala de aula" podem ser considerados estratégias de sala de aula de habilidades sociais educacionais para estabelecer limites e disciplina. Segundo Del Prette e Del Prette (2008, p. 525), a categoria que estabelece limites e disciplina consiste no “comportamento verbal e/ou não verbal do educador que estabelece (justifica, explica, exige, instrui, aconselha) regras, normas ou valores.” Ao usar essas habilidades, os professores podem obter maior controle sobre a sala de aula e se envolver em interações que

incentivam os alunos a se conformarem às normas sociais.

As estratégias que incentivam a cooperação entre os alunos podem ser pensadas como estratégias para uma aula educacional de habilidades sociais que "cria situações de potencial interação educacional". Segundo Del Prette e Del Prette (2008), o currículo consiste nas habilidades usadas para organizar o ambiente educacional para construir interações com os alunos.

Os resultados sugerem que as salas de recursos multifuncionais acomodam alunos com deficiência de diferentes maneiras, dependendo do professor responsável, do ambiente ou da escola e das necessidades específicas dos alunos. Isso é muito importante porque cada criança aprende de uma forma diferente e exige um tipo de cuidado específico.

Pensar no processo de ensino e no desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual, requer compreender como eles aprendem a partir da construção de conceitos e significados de mundo e como o ambiente escolar facilita esse processo. Acredita-se que as relações nos espaços escolares são mediadas por intenções instrucionais e enriquecem espontaneamente a vida dos alunos (SANTOS, 2017, p. 33).

Em relação ao processo de encaminhamento de alunos com deficiência intelectual para o SRM, verificamos que a maioria dos encaminhamentos começa na sala de aula do professor de sala de aula, pois geralmente é o professor de sala de aula regular quem sabe sobre o aluno a dificuldade do aluno e indica que o aluno pode ter alguma deficiência e necessitar de atendimento educacional especializado. Dessa forma, verifica-se basicamente que o processo se inicia quando o diretor geral solicita avaliação ao professor da sala de recursos multifuncionais.

Os professores regentes têm um papel importante no processo de encaminhamento dos alunos com deficiência intelectual para o atendimento do SRM. É o professor da sala de aula que é o primeiro a perceber as dificuldades, habilidades e lacunas dos alunos. Acontece que o processo de verificação da elegibilidade de um aluno para participar do SRM começa com essa percepção. Segundo Padilha (2000, p. 96), "o professor precisa ver o que a criança pode desenvolver com a ajuda de um professor mais experiente, porque isso é uma validação não só do que a criança pode fazer em determinado momento, mas também das suas habilidades".

Os resultados sugerem que os professores da sala de aula estão cientes do potencial e da dificuldade dos alunos em desenvolver determinadas habilidades e, com base nisso, encaminham para os professores SRM, psicólogos e depois para os alunos. Alguns casos requerem avaliação e diagnóstico por um neurologista.

Após os encaminhamentos necessários, os alunos com deficiência intelectual passam a

receber na SRM um atendimento adequado às necessidades específicas de cada aluno.

Em relação aos recursos materiais didáticos utilizados no SRM, observou-se que a maior parte desses recursos foi gerada pelos próprios professores por meio de adaptação, reaproveitamento e reciclagem. No que diz respeito à preparação dos recursos materiais, de acordo com as observações, os professores da SRM geralmente confeccionam os materiais de acordo com as necessidades dos alunos e, às vezes, de acordo com as exigências dos professores.

No que diz respeito à relação dos professores da SRM com as famílias dos alunos com deficiência intelectual, observou-se que todos os participantes reconheceram a necessidade de uma relação mais próxima com as famílias e sentiram que isso ajudaria no desenvolvimento dos alunos com deficiência. No entanto, como os participantes observaram, na maioria dos casos, essa relação não aconteceu como planejado.

É importante ressaltar que aqueles que receberam formação especializada são profissionais da educação que conhecem as práticas pedagógicas e metodológicas possíveis para atender e proporcionar o desenvolvimento ideal de crianças com deficiência, e nesse sentido precisam encontrar formas de estabelecer essa comunicação de forma eficaz com familiares.

A relação esperada entre casa e escola deve ser colaborativa, envolvendo ação coletiva, compartilhamento de conhecimentos e recursos para atingir objetivos comuns (SILVA; MENDES, 2008).

No que diz respeito à relação entre os familiares e a escola, é preciso ressaltar que a proximidade entre os dois ambientes mais importantes na vida das crianças e adolescentes beneficia o processo de ensino e aprendizagem, bem como a qualidade da convivência familiar.

Pode-se dizer que a partir do momento em que a criança ingressa em uma instituição de ensino, a relação entre a escola e a família existe de forma coercitiva. Essa relação se mantém viva na sala de aula íntima, direta ou indiretamente. Portanto, “sempre que as escolas questionam como apoiar as relações professor-aluno, pode ser necessária alguma interação com as famílias” (CASTRO; REGATTIERI, 2009, p.10).

Há a necessidade de relações não hierárquicas baseadas no diálogo e na cooperação entre familiares e profissionais da escola (SILVA; MENDES, 2008). A família e a escola são as duas instituições fundamentais que desencadeiam o processo evolutivo das pessoas, atuando como impulsionadoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual e social.

Se as crianças comprometem seu tempo, “elas se envolvem em diferentes atividades relacionadas a tarefas formais (por exemplo, pesquisa, leitura orientada) e espaços informais de

aprendizagem (recreios, excursões, atividades de lazer)” (PALONIA, DESSEN, 2005, p.304).

Nesse sentido, pode-se dizer que a escola e a família são igualmente importantes para a formação dos indivíduos, mas suas funções e comportamentos são bastante diferentes. O papel da escola está essencialmente relacionado com a aquisição de saberes organizados culturalmente nas diversas áreas do saber. No entanto, as escolas não devem educar apenas para a vida profissional, mas também para a vida social, pelo que é necessário que as escolas recuperem e melhorem os valores de alegria, respeito, empatia e cidadania (PALONIA, DESSEN, 2005).

Existem muitos fatores que podem afetar a presença da família na escola. Durante as entrevistas, identificamos fatores como: grau de escolaridade, escolaridade dos familiares e responsáveis, tempo dos pais, trabalho e condições financeiras, motivo pelo qual em muitos casos é necessário adequar a linguagem para que os pais e familiares tenham mais facilidade de entender. Aiello (2002) confirmou que uma das queixas mais comuns dos pais é a dificuldade de compreensão da linguagem técnica utilizada pelos profissionais da escola.

Os participantes avaliaram o sucesso das práticas de ensino implementadas em salas de aula de alunos com deficiência intelectual, principalmente aquelas que envolvem jogos, brincadeiras e recursos visuais e gráficos que permitem aos alunos imaginar e abordar o conteúdo abordado.

Concluiu-se que, por meio da brincadeira, os alunos desenvolvem a criatividade e a interação social, além de contribuir para o desenvolvimento motor e cognitivo de crianças com deficiências diversas. As práticas bem-sucedidas listadas pelos professores são casos em que avanços significativos foram observados e novas competências importantes foram adquiridas com o desenvolvimento do aluno. Essas habilidades podem ser habilidades motoras, habilidades cognitivas ou habilidades comportamentais.

O processo de inclusão escolar requer esforço intelectual, físico e criativo. Ainda faltam políticas públicas de formação continuada em serviço que promovam a formação de professores.

Os professores participantes também relataram dificuldades na divisão de tarefas e atribuições com os professores de turma, pois, às vezes, os professores eram obrigados a trabalhar em várias escolas, o que reduzia o contato e dificultava o relacionamento entre eles.

O atendimento dos alunos do DI é uma preocupação e uma das dificuldades apontadas pelos professores, pois representa um rompimento dos vínculos regulares necessários ao atendimento. Uma das razões para o elevado absentismo pode ter a ver com as barreiras à criação de parcerias entre casa e escola. Essa dificuldade é representativa do que já foi apontado

anteriormente, a falha em estabelecer uma relação de igualdade e corresponsabilidade, fazendo com que as famílias não entendam a necessidade de manter a frequência dos alunos, ou mesmo de manter mais diálogo com os professores da escola (SILVA; MENDEZ, 2008).

Para refletir sobre os avanços, persistências e retrocessos da educação especial, principalmente no que diz respeito à deficiência intelectual, é fundamental refletir sobre a formação de professores que atuam direta e indiretamente com alunos com deficiência.

A formação de professores deve ser crítica e reconhecer as diferentes formas como todos os alunos aprendem e veem o mundo. Isso requer um processo evolutivo para que os professores reconheçam uma grande mudança de paradigma no campo da educação passou a exigir uma formação docente pautada na diversidade e no papel do professor como mediador.

Agora, os alunos devem ser ativamente educados para se tornarem construtores de seu próprio conhecimento. Nesse caso, o professor não perdeu seu papel, mas deixou de ser o centro disseminador do conhecimento, mas o responsável por orientar e mediar o conhecimento dos alunos.

Os professores auxiliam essas vivências e significados, direcionando-os conscientemente para os objetivos educacionais: “Inclui professores ajudando no desenvolvimento de habilidades de pensamento [...] criando espaços para que eles expressem suas ideias. Isso é mediação pedagógica” (LIBÂNEO, 2011, pp. 30-31).

Para alunos com deficiência, o papel do professor não é diferente. Embora mais complexo, o papel do aluno com deficiência também é inerentemente de mediação, cabendo ao professor encontrar ferramentas e métodos adequados para estimular o desenvolvimento de habilidades cognitivas, motoras e sociais.

A mediação é a intervenção de professores e colegas experientes por meio de diferentes formas de linguagem para possibilitar que os sujeitos, especialmente aqueles com deficiência intelectual, interajam com o mundo. O desenvolvimento da aprendizagem do aluno com deficiência intelectual requer intervenção, mediação, pois muitas vezes não acontece de forma espontânea, natural, mas no contexto da interação com outra pessoa mais experiente (LEME, 2015, p. 53).

Durante a investigação, pudemos conhecer vários aspectos do atendimento dos professores SRM aos alunos com deficiência mental, desde os aspectos da forma de atendimento, relacionamento com professores e familiares, práticas exitosas e dificuldades encontradas.

De maneira geral, os dados mostraram que os materiais disponibilizados e utilizados na sala de recursos foram produzidos pelos próprios professores que compreenderam a dificuldade

e habilidade dos alunos em desenvolver e produzir as atividades, jogos e demais materiais utilizados no SRM. Para esclarecer, de acordo com os professores participantes, esses recursos também estão disponíveis nas salas de aula regulares, caso os professores os solicitem.

Esses movimentos revelam gradualmente uma perspectiva inclusiva que, quando fortalecida e implementada em toda a escola, pode fomentar práticas positivas que promovam a inclusão escolar, pois esse processo ocorre não apenas no SRM, mas também em aula comum, pois envolve todos os integrantes da cena escolar. A inclusão escolar deve envolver toda a comunidade, incluindo a administração escolar.

Portanto, a inclusão escolar deve favorecer o crescimento humano de todos os envolvidos no processo de escolarização e ir além das ações momentosas em sala de aula, pois são expressões de uma síntese de condições relacionadas ao contexto político, social e intrinsecamente educacional (SANTOS, 2017, p. 47).

Encaminhamentos para o SRM e a construção de recursos isolados e materiais instrucionais não garantem a inclusão nas escolas. O atendimento dos professores da SRM às necessidades específicas dos alunos com deficiência intelectual envolve o relacionamento com as famílias e a administração escolar. Todos precisam entender o que é e como pode promover a inclusão nas escolas e tomar as devidas providências. Junto aos professores regentes, deve-se atentar para o desenvolvimento de práticas inclusivas que atendam às necessidades e particularidades dos alunos, colaborando com o processo de ensino, a aquisição e a construção do conhecimento no cenário originário da sala de aula comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou os serviços educacionais especializados da SRM para alunos com deficiência intelectual na escola regular em Iporá-GO. Foi feito um levantamento das práticas pedagógicas desenvolvidas nesta área, dos desafios enfrentados e dos avanços observados.

O objetivo geral e os objetivos específicos, inicialmente, propostos concretizaram-se no decurso do inquérito e análise dos dados, tendo como recomendação geral descrever e analisar as práticas pedagógicas dos professores de apoio e responsáveis pela SRM no atendimento educativo especializado a alunos com deficiência intelectual.

Os achados indicam que o atendimento educacional especializado da SRM, para alunos com deficiência intelectual, é realizado de forma multifacetada e pensada para atender às necessidades específicas de cada aluno, empregando diferentes estratégias metodológicas que visam utilizar ações pedagógicas que contribuam para o aprendizado do aluno, trabalhando com

as escolas a inclusão.

Os professores participantes relataram o uso de materiais concretos, jogos instrucionais e sucatas para criar materiais adaptados às necessidades dos alunos. Além disso, eles registram sua exploração de maneiras pelas quais o desenvolvimento de alunos com deficiência intelectual pode ser aprimorado. Além disso, identificou-se uma exploração da instrução colaborativa, a articulação do trabalho do professor responsável pelo SRM com o do professor da classe regular, que tem sido amplamente discutido em pesquisas no campo da educação especial.

Os resultados também mostraram a importância de buscar ativamente atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual. Assim, os professores da SRM devem preparar materiais adaptados e comunicarem com as famílias para esclarecer o que está sendo aprendido.

Pelas dificuldades enfrentadas, os resultados apontam a falta de capacitação dos professores da SRM e a necessidade de ampliar a formação continuada ao longo do caminho.

Todos os envolvidos na integração escolar possibilitam aos professores da classe regular ampliar as possibilidades de pensar as necessidades da escola e o processo de desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual. Há uma necessidade urgente de educação continuada para professores e outros envolvidos em ambientes educacionais e para lidar com a diversidade dos alunos nas escolas.

Através da pesquisa, pode-se constatar que a relação estabelecida pela maioria das escolas com as famílias é esporádica, sendo realizadas reuniões bimestrais para repasse de informações, dúvidas, notas dos alunos; não havendo muito espaço para troca de conhecimento. Nenhuma escola faz nada para estimular a autonomia e o empoderamento familiar, criando uma hierarquia, onde as escolas passam mensagens e cobram ações das famílias.

É claro que a escola pode e deve orientar as famílias sobre como proceder em determinadas situações, por exemplo, não é incomum que as famílias (por superproteção e preocupação) façam atividades para seus filhos que percebem como mais complexas, o que pode impedir ou retardar um desenvolvimento da criança. A escola, portanto, precisa orientar as crianças para que continuem o trabalho de construção da autonomia em casa, mas tudo isso deve ser feito sem descuidar da cultura, hábitos e saberes da família.

Para pesquisas futuras, recomenda-se um estudo colaborativo, com professores SRM, para investigar o planejamento, implementação e avaliação de processos inclusivos para estratégias capazes de criar uma cultura de colaboração em ambientes escolares envolvendo todos os membros da escola (professores, gestores, família membros e alunos), concebido para

promover a participação e aprendizagem de alunos com deficiência em escolas regulares.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. V. *et al.* **Formação de professores e inclusão escolar de pessoas com deficiência:** análise de resumos de artigos na base SciELO. **Rev. Psicopedagogia**, 27(84),p. 405-16, 2010.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva** (2008). Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília. 2015.

CASTRO, M.; REGATTIERI, M. **Interação família-escola:** subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

DEL PRETTE, Z. A. P. *et. al.* **Habilidades sociais do professor em sala de aula:** um estudo de caso. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, vol. 11, núm. 3, 1998.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. A. P. **Um sistema de categorias de habilidades sociais educativas.** **Paidéia**, 18(41), 517-530, 2008.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 3 ed., 1991.

LEME, Maria Eduvirges Guerreiro. **Formação docente e prática na educação inclusiva:** Utilização das tecnologias comunicacionais no Ensino com o deficiente intelectual. Dissertação mestrado, Londrina: Unopar, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora?* Novas exigências educacionais e profissão docente. 13ª e. São Paulo: Cortez, 2011.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada:** análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, 2004, Bauru. **Anais...** Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN: 85-98623-01-6. 10p.

PADILHA, Ana Maria L. Bianca. **O ser simbólico para além dos limites da deficiência mental.** Tese de doutorado. UNICAMP, 2000.

PALONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola.** **Psicologia Escolar e Educacional**, 2005, volume 9, número 2, 303-3012.

SANT'ANA, I. M. **Educação Inclusiva:** Concepções de Professores e Diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, mai./ago. 2005.

SANTOS, Caroline Vieira de Campos González. **Flexibilizações curriculares e o aluno com deficiência intelectual nos anos iniciais do ensino fundamental:** um caso de consultoria colaborativas no município de Itatiaia/RJ. Rio de Janeiro: UERJ, 2017.

SASSAKI, R. K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão.** **Revista Nacional de Reabilitação**, v. 5, n. 24, p. 6-9, 2003.

SILVA, Aline Maira da; MENDES, Enicéia Gonçalves. **Família de crianças com deficiência e profissionais: Componentes da parceria colaborativa na escola.** *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, Mai-Ago. 2008, v. 14, n. 2, p. 217-234.